

ATA NÚMERO 385/XII/4.^a SL

Aos onze dias do mês de junho de 2015, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 380, 381, 382, 383 e 384, referentes às reuniões de 27 e 29 de maio e 2, 3 e 5 de junho, respetivamente.
2. Distribuição, para elaboração de parecer, da Proposta de Resolução n.º 114/XII/4.^a (GOV) - Aprova o Acordo relativo à transferência e mutualização das contribuições para o Fundo Único de Resolução, assinado em Bruxelas, em 21 de maio de 2014.
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do CDS-PP.
[Comissão competente: Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas].
3. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 314/XII/2.^a (BE) - Altera a Lei n.º 30/2003, de 22 de agosto, garantindo o reembolso da contribuição para o audiovisual em caso de isenção.
Autora do parecer: Senhora Deputada Hortense Martins (PS).
4. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 380/XII/2.^a (BE) - Cria uma taxa travão para acabar com as taxas de juro abusivas praticadas pelos bancos.
Autor do parecer: Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS).
5. Apreciação e votação do relatório sobre a Recomendação de Recomendação do Conselho sobre a aplicação das orientações gerais para as políticas económicas dos Estados-Membros cuja moeda é o euro – COM(2015)251.
Relator: Senhor Deputado João Galamba (PS).
6. Apreciação e votação do relatório sobre a Recomendação de Recomendação do Conselho relativa ao Programa Nacional de Reformas para 2015 de Portugal e que formula um Parecer do Conselho sobre o Programa de Estabilidade para 2015 de Portugal – COM(2015)271.
Relatora: Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

7. Discussão, em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 1248/XII/4.^a (BE) - Contra a privatização do serviço público de Transporte Fluvial no Tejo (Transtejo e Soflusa).
[iniciativa em conexão com a Comissão de Economia e Obras Públicas]
8. Discussão, em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 1300/XII/4.^a (BE) - Defende o futuro da CP carga.
[iniciativa em conexão com a Comissão de Economia e Obras Públicas]
9. Discussão, em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 1310/XII/4.^a (BE) - Fim das penhoras de habitação própria permanente.
10. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 846/XII/4.^a (BE) - Alarga a obrigatoriedade de registo dos acionistas dos bancos à identificação dos beneficiários últimos das entidades que participem no seu capital.
11. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 963/XII/4.^a (PS) - Altera o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e o enquadramento legal do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, prevendo medidas específicas com vista ao reforço da estabilidade do sistema financeiro português.
12. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 964/XII/4.^a (PSD/CDS-PP) - Regula o acesso e o exercício da atividade dos peritos avaliadores de imóveis que prestem serviços a entidades do sistema financeiro nacional.
13. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 334/XII/4.^a (GOV) - Aprova o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, transpondo a Diretiva n.º 2014/56/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, que altera a Diretiva n.º 2006/43/CE relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas, e assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das entidades de interesse público.
14. Ponto de situação das iniciativas legislativas pendentes em Comissão.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

15. Apreciação do Relatório da Inspeção Geral de Finanças sobre a denominada “Lista de contribuintes VIP”.
16. Apreciação dos relatórios das audiências concedidas no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 320/XII/4.^a (GOV), ao GT Procurement Socialmente Responsável, à Associação para a Promoção do Multimédia em Portugal e à Associação para a Contratação Pública Eletrónica, e da audiência concedida à Área Metropolitana de Lisboa, no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 321/XII/4.^a (GOV).
17. Outros assuntos.

O Senhor Presidente começou por dar a palavra ao Senhor Deputado João Galamba (PS), que propôs que a audição do Governador do Banco de Portugal, nos termos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro - Lei Orgânica do Banco de Portugal, na sua primeira ronda, se efetuasse em modalidade pergunta/resposta imediata, em alternativa ao usual modelo.

O Senhor Presidente declarou que a questão seria tratada mais à frente na reunião.

- 1. Apreciação e votação das atas n.ºs 380, 381, 382, 383 e 384, referentes às reuniões de 27 e 29 de maio e 2, 3 e 5 de junho, respetivamente.**

Este ponto ficou adiado para a próxima semana, uma vez que o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) levantou uma série de pontos para correção nas atas em causa.

- 2. Distribuição, para elaboração de parecer, da Proposta de Resolução n.º 114/XII/4.^a (GOV) - Aprova o Acordo relativo à transferência e mutualização das contribuições para o Fundo Único de Resolução, assinado em Bruxelas, em 21 de maio de 2014.**

Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do CDS-PP.

[Comissão competente: Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas].

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Foi nomeada como autora do parecer à [Proposta de Resolução n.º 114/XII/4.ª \(GOV\)](#) a Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP).

- 3. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 314/XII/2.ª (BE) - Altera a Lei n.º 30/2003, de 22 de agosto, garantindo o reembolso da contribuição para o audiovisual em caso de isenção.**

Autora do parecer: Senhora Deputada Hortense Martins (PS).

A Senhora Deputada Hortense Martins (PS) apresentou o parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 314/XII/2.ª \(BE\)](#), tendo o parecer sido votado e aprovado por unanimidade.

- 4. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 380/XII/2.ª (BE) - Cria uma taxa travão para acabar com as taxas de juro abusivas praticadas pelos bancos.**

Autor do parecer: Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS).

O Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS) apresentou o parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 380/XII/2.ª \(BE\)](#), tendo o parecer sido votado e aprovado por unanimidade.

- 5. Apreciação e votação do relatório sobre a Recomendação de Recomendação do Conselho sobre a aplicação das orientações gerais para as políticas económicas dos Estados- Membros cuja moeda é o euro – COM(2015)251.**

Relator: Senhor Deputado João Galamba (PS).

O Senhor Deputado João Galamba (PS) apresentou o relatório sobre [Recomendação de Recomendação do Conselho sobre a aplicação das orientações gerais para as políticas económicas dos Estados- Membros cuja moeda é o euro – COM\(2015\)251](#), tendo o relatório sido votado e aprovado por unanimidade.

- 6. Apreciação e votação do relatório sobre a Recomendação de Recomendação do Conselho relativa ao Programa Nacional de Reformas para 2015 de Portugal e que formula um Parecer do Conselho sobre o Programa de Estabilidade para 2015 de Portugal – COM(2015)271.**

Relatora: Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

A Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD) apresentou o relatório sobre [Recomendação de Recomendação do Conselho relativa ao Programa Nacional de Reformas para 2015 de Portugal e que formula um Parecer do Conselho sobre o Programa de Estabilidade para 2015 de Portugal – COM\(2015\)271](#), tendo o relatório sido votado e aprovado por unanimidade.

**7. Discussão, em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 1248/XII/4.ª (BE) - Contra a privatização do serviço público de Transporte Fluvial no Tejo (Transtejo e Soflusa).
[iniciativa em conexão com a Comissão de Economia e Obras Públicas]**

**8. Discussão, em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 1300/XII/4.ª (BE) - Defende o futuro da CP carga.
[iniciativa em conexão com a Comissão de Economia e Obras Públicas]**

9. Discussão, em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 1310/XII/4.ª (BE) - Fim das penhoras de habitação própria permanente.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) solicitou o adiamento da discussão dos pontos 7 e 8 da Ordem do Dia, após o que o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) solicitou o adiamento, igualmente, do ponto 9 da Ordem do Dia, indicando que, se possível, a discussão se pudesse efetuar na reunião de 24 de junho.

10. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 846/XII/4.ª (BE) - Alarga a obrigatoriedade de registo dos acionistas dos bancos à identificação dos beneficiários últimos das entidades que participem no seu capital.

11. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 963/XII/4.ª (PS) - Altera o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e o enquadramento legal do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, prevendo medidas específicas com vista ao reforço da estabilidade do sistema financeiro português.

12. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 964/XII/4.ª (PSD/CDS-PP) - Regula o acesso e o exercício da atividade dos peritos avaliadores de imóveis que prestem serviços a entidades do sistema financeiro nacional.

13. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 334/XII/4.^a (GOV) - Aprova o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, transpondo a Diretiva n.º 2014/56/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, que altera a Diretiva n.º 2006/43/CE relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas, e assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das entidades de interesse público.

O Senhor Presidente efetuou uma breve contextualização das iniciativas legislativas em causa, após o que o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) propôs a criação de um Grupo de Trabalho (GT). O Senhor Presidente sustentou que o [Projeto de Lei n.º 846/XII/4.^a \(BE\)](#) e o [Projeto de Lei n.º 963/XII/4.^a \(PS\)](#) podem ser tratados em conjunto, mas que o [Projeto de Lei n.º 964/XII/4.^a \(PSD/CDS-PP\)](#) é muito específico e que, caso não haja propostas de audições, poderá ser já definido prazo para a apresentação de propostas de alteração. Já relativamente à [Proposta de Lei n.º 334/XII/4.^a \(GOV\)](#), o Senhor Presidente referiu que se encontra pendente na Comissão de Segurança Social e Trabalho (CSST) uma iniciativa legislativa do Governo que altera o Estatuto dos Revisores Oficiais de Contas e que esta Proposta de Lei também contém alterações a esse Estatuto.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) declarou nada ter a opor relativamente à criação de um Grupo de Trabalho para os Projetos de Lei n.º 846/XII/4.^a (BE) e 963/XII/4.^a (PS) e informou que na CSST vão ser apresentadas propostas de alteração, por parte dos Senhores Deputados de PSD e CDS-PP, para compatibilizar a iniciativa em especialidade naquela Comissão com a Proposta de Lei n.º 334/XII/4.^a (GOV), sugerindo que se faça um GT para esta iniciativa.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) salientou os aspetos negativos de não coordenar as duas iniciativas e propôs que as matérias estatutárias fossem discutidas e votadas no âmbito da iniciativa legislativa em apreciação na CSST.

O Senhor Presidente efetuou uma síntese das propostas, informando que relativamente aos Projetos de Lei n.º 846/XII/4.^a (BE) e 963/XII/4.^a (PS) cabe ao PS designar um coordenador para o GT, tendo o GPPS nomeado o Senhor Deputado João Paulo Correia, sugerindo ainda o Senhor Presidente que as propostas de audição sejam efetuadas nessa sede. O PCP indicou como membro do GT o Senhor Deputado Miguel Tiago.

No âmbito do Projeto de Lei n.º 964/XII/4.^a (PSD/CDS-PP), não havendo propostas de audição, o Senhor Presidente propôs a apresentação de propostas de alteração até ao dia 22 de junho, ocorrendo a discussão e votação na especialidade no dia 24 de junho, não havendo reservas de qualquer GP.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Relativamente à Proposta de Lei n.º 334/XII/4.^a (GOV), a coordenação do GT cabe ao CDS-PP, tendo o PS efetuado logo propostas de audição à Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e ao Governo, indicando ainda como membros do GT os Senhores Deputados João Galamba e Pedro Nuno Santos (PS).

14. Ponto de situação das iniciativas legislativas pendentes em Comissão.

O Senhor Presidente referiu que, salvo casos excecionais, o agendamento para Plenário das iniciativas legislativas encontram-se fixadas até ao dia 3 de julho, sendo que as iniciativas pendentes dispensarão parecer, com a exceção das iniciativas do Governo, por terem agendamento previsto.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) salientou que se existirem petições com mais de quatro mil assinaturas por concluir estas serão agendadas e o Senhor Presidente notou que era positivo que nenhuma petição transitasse para a legislatura seguinte.

15. Apreciação do Relatório da Inspeção Geral de Finanças sobre a denominada “Lista de contribuintes VIP”.

O Senhor Presidente contextualizou o presente ponto e referiu que os documentos que chegaram à Comissão foram distribuídos pelos Senhores Deputados.

A Senhora Deputada Isabel Santos (PS) notou que há uma análise mais detalhada de alguns factos, referindo como positivo o elencar de medidas a tomar no futuro. Declarou continuar com dúvidas relativamente a factos levantados pela Comissão Nacional de Proteção de Dados e solicitou que sejam facultados à Comissão os anexos referidos no relatório. Afirmou que a responsabilidade administrativa se encontra apurada, mas não a responsabilidade política, lembrando que falta terminar a investigação do Ministério público. Lamentou ainda que o processo de nomeação da relatora do inquérito não esteja isento de crítica.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) referiu nada ter a opor ao pedido dos anexos, mas levantou a questão da existência de eventuais dados confidenciais, no que foi corroborado pela Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP).

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) e o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) manifestaram o seu apoio ao requerimento do PS.

O Senhor Presidente declarou então que seria efetuado o pedido dos anexos, com indicação da possibilidade de expurgo dos elementos confidenciais.

16. Apreciação dos relatórios das audiências concedidas no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 320/XII/4.^a (GOV), ao GT Procurement Socialmente Responsável, à Associação para a Promoção do Multimédia em



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Portugal e à Associação para a Contratação Pública Eletrónica, e da audiência concedida à Área Metropolitana de Lisboa, no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 321/XII/4.ª (GOV).

O Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD) apresentou os relatórios das audiências concedidas.

17. Outros assuntos.

Voltando ao tema da audição do Governador do Banco de Portugal, na próxima reunião, o Senhor Deputado João Galamba (PS) considerou pertinente o modelo de audição semelhante ao utilizado nas Comissões Parlamentares de Inquérito, de pergunta/resposta imediata, estando disposto a abdicar da elaboração do relatório da audição.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) afirmou preferir o modelo usual, não colocando obstáculos, todavia, ao modelo proposto pelo PS. Propôs a transcrição da audição.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) referiu nada ter a opor no que toca ao modelo proposto pelo PS e considerou útil a transcrição, tendo ambos ficado acordados.

Não foram suscitados outros assuntos. Nestes termos, o Senhor Presidente deu por concluídos os trabalhos e a reunião do dia.

A reunião foi encerrada às 15:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de junho de 2015

**O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Cecília Meireles
Conceição Bessa Ruão
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Virgílio Macedo
Isabel Santos
João Galamba
João Paulo Correia
Jorge Paulo Oliveira
José de Matos Rosa
Nuno Reis
Paulo Sá
Pedro Filipe Soares
Pedro Nuno Santos
Sónia Fertuzinhos
Vera Rodrigues
Hortense Martins
Ivo Oliveira
Vasco Cunha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Santos Silva
Vieira da Silva